



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682034 - SP (2021/0230416-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : LINO LUCIO DE SOUZA ZORZENON E OUTRO
ADVOGADOS : LINO LÚCIO DE SOUZA ZORZENON - SP412895
FELIPE EDUARDO COSTA - SP420557
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADRIANO MARCOS DA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADRIANO MARCOS DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2160718-05.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 6.4.2021, por suposta prática do delito previsto no art. 250, §1º, inciso II, "h", do Código Penal, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva (e-STJ fls. 20-22).

Os impetrantes sustentam a existência de excesso de prazo na custódia cautelar, uma vez que o paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 6.4.2021, e a audiência de instrução e julgamento teria sido marcada apenas para 19.8.2021.

Argumentam que peticionaram em 7.7.2021, para que o juízo revisasse a pertinência da constrição, a teor do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, mas o pleito não teria sido analisado.

Requerem, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão do paciente, com ou sem a imposição de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. SÚMULA N. 691 DO STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 306, 310 E 316 DO CPP. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade. Incidência da Súmula n. 691 do STF.

2. O não enfrentamento de matéria pelas instâncias originárias impede sua análise pelo STJ, sob pena de

supressão de instância.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 628.402/RN, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, em especial considerando-se o que consignou o Desembargador relator ao indeferir o pleito liminar na origem (e-STJ fl. 23):

[...]

Ao que consta da impetração, o paciente se encontra preso em flagrante delito pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 250, § 1º, II, 'h', do Código Penal (fl. 75 dos autos principais).

Indefiro a liminar pleiteada, uma vez que as circunstâncias de fato e de direito trazidas à colação não evidenciam o atendimento aos pressupostos cumulados típicos das cautelares.

*Na medida em que o juízo de cognição na presente fase se revela extremamente restrito, a antecipação do mérito do *habeas corpus* exige que a ilegalidade do ato impugnado seja flagrante, de molde a justificar a imediata suspensão de seus efeitos, o que não sucede na hipótese dos autos.*

[...]

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência